Prezado (a) Senhor(a),

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA

BAHIA – **CRA/BA**, Autarquia Federal criada pela Lei n.º 4.769/65, regulamentada pelo Decreto n º 61.934/67, com modificações trazidas pela Lei n.º 7.321/85, neste ato representado pelo seu Presidente, vem, perante a honrosa presença de Vossa Excelência, tecer as seguintes considerações.

Estamos orientando as organizações com o intuito de informar acerca dos serviços contratados de terceiros através de processos licitatórios ou não, e sujeitos a fiscalização deste Conselho objetivando prevenir para que não ocorra a exploração irregular de serviços nos campos da Administração dispostos no art. 2º da Lei 4.769/65.

Salientamos que com estas informações poderemos orientá-los, no caso de eventuais transgressões à legislação que rege a profissão de Administrador, evitando assim futuras ações de fiscalização por parte desta Autarquia.

Segue em anexo relação dos serviços sujeitos a fiscalização do CRA/BA, para os quais é obrigatório o registro cadastral do prestador de serviços neste Conselho, conforme art. 15 da Lei n° 4.769/65 e art. 30, incisos I e II, da Lei n° 8.666/93.

A Lei nº 8.666/93 exige que a Administração Pública ao contratar serviços e obras siga as determinações legais estabelecidas nesta lei visando resguardar a Administração Pública de prejuízos, bem como objetivando melhorar a sua eficiência e o alcance dos resultados organizacionais.

A Lei n° 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, prevê em seus artigos 27 e 30:

" LEI N° 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993:

Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

 (\dots)

Art. 27 Para habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I – habilitação jurídica;

II – qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV – regularidade fiscal;

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal. (...)

Art. 30 A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§1°. A comprovação de aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registradas nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências à: (...)"

A Lei Estadual nº 9.433/2005, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública do Estado da Bahia, prevê em seus artigos 98 e 101:

"LEI N° 9.433/2005, DE 01 DE MARCO DE 2005:

Art. 98 Para habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativos a:

- I habilitação jurídica;
- II regularidade fiscal;
- III qualificação técnica;
- IV qualificação econômico-financeira;
- V comprovação de não realização no estabelecimento de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

Art. 101 A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

 II - comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação;

§ 1º - No caso das licitações pertinentes a obras e serviços, a comprovação da aptidão referida no inciso II deste artigo será efetuada mediante um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar a aptidão do licitante."

Conforme o art. 15 da Lei nº 4.769/65: serão obrigatoriamente registradas nos CRAs as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades de Administrador, enunciadas nos termos desta lei.

A Resolução Normativa n.º 464/2015 do Conselho Federal de Administração, prevê em seu art. 8°, § 5°:

"§ 5º As Certidões de RCA ou de Acervo Técnico somente terão validade na jurisdição de outro CRA, após serem visadas por este, com aposição de carimbo do CRA, com espaço para data e

assinatura do responsável pelo Setor de Registro, mediante o pagamento de taxa, cujo valor corresponde àquele previsto para o Registro de Documentos e de RCA, constante da Resolução Normativa que dispõe sobre Anuidades, Taxas e Multas, em vigor."

Como sugestão, segue abaixo o modelo de exigência do devido registro no CRA-BA nos termos dos Editais.

1.1 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3.1 CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

- a) Registro da licitante no Conselho Regional de Administração da Bahia – CRA-BA, ou Registro Secundário caso a licitante seja sediada fora do Estado da Bahia e vencedora do certame;
- b) Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de aptidão da Empresa licitante, acompanhado da certidão de registro, na validade exigida pelo Conselho Federal de Administração, para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos que permitam o ajuizamento da capacidade de atendimento, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração CRA-BA e visado pelo seu Responsável Técnico. Caso a licitante seja sediada fora do Estado da Bahia, deverá apresentar seu atestado de aptidão registrado no CRA do seu Estado de origem, bem como sua Certidão de Visto do CRA-BA.

Certo da vossa colaboração, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos através do tel (71) 3311-2583, fax(71) 3311-2573, site:www.cra-ba.org.br. ou pelo e-mail: fiscal@cra-ba.org.br.

Atenciosamente,

Adm. Roberto Ibrahim Uehbe Presidente do CRA-BA CRA-BA n° 4.324

ATIVIDADES ECONÔMICAS E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS ÁREAS				
DA ADMINISTRAÇÃO				
ITENS	ATIVIDADES	CNAE		
1	Consultoria em gestão empresarial	7020-4		
2	Assessoria e consultoria em recursos humanos	7020-4		
3	Atividade de assessoria em gestão empresarial	7020-4		
4	Assessoria à gestão hospitalar	7020-4		
5	Assessoria às empresas em questão de gestão	7020-4		
6	Assessoria às empresas em questão de financeira	7020-4		
7	Consultoria em gestão de empresas agropecuárias	7020-4		
8	Consultoria financeira à empresas	7020-4		
9	Consultoria na administração de empresas	7020-4		
10	Serviços de orientação, assistência, assessoria gestão	7020-4		
	empresarial			
11	Treinamento em desenvolvimento profissional e	8599-6/04		
	gerencial			
12	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	7810-8/00		
13	Agência de contratação de emprego	7810-8/00		
14	Agenciamento de mão de obra	7810-8/00		
15	Agência de emprego "on line"	7810-8/00		
16	Agência de empregos	7810-8/00		
17	Serviços de intermediação de emprego	7810-8/00		
18	Serviços de recrutamento e seleção de pessoal	7810-8/00		
19	Seleção de mão de obra	7810-8/00		
20	Serviços de seleção e agenciamento de mão de obra	7810-8/00		
21	Locação de mão de obra temporária	7820-5/00		
22	Fornecimento e gestão de recursos humanos para	7830-2/00		
	terceiros			
23	Organização de feiras, congressos, exposições e festas	8230-0/01		

24	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto	8111-7/00
	condomínios prediais	
25	Organização de concursos públicos	7490-1/99
26	Organização logística do transporte de carga	5250-8/04
27	Gestão e administração da propriedade imobiliária	6822-6/00
28	Apoio à gestão de Saúde	8660-7/00
29	Serviços de administração de hospitais	8660-7/00
30	Limpeza em prédios e em domicílios	8121-4/00
31	Pesquisa e Estudo de Mercado	7320-3/00
32	Serviços de análise de mercado	7320-3/00
33	Estudo de mercado	7320-3
34	Pesquisa mercadológica	7320-3
35	Administração de Estacionamentos	5223-1/00
36	Armazenamento	5211-7
37	Administração de Hotéis	5510-8/01
38	Operação e gestão de terminais	5231-1/02
39	Administração de cartão de crédito	6613-4/00
40	Empresa de Administração de planos de saúde	6550/2-00
41	Emissão de vales alimentação, vales transportes e	8299-7/02
	similares	
42	Administração de ticket alimentação	8299-7/02
43	Administração de ticket combustível	8299-7/02
44	Administração de ticket farmácia, remédio	8299-7/02
45	Administração de ticket refeição	8299-7/02
46	Administração de ticket restaurante	8299-7/02
47	Administração de ticket vale alimentação	8299-7/02
48	Administração de vale combustível	8299-7/02
49	Administração de ticket vale refeição	8299-7/02
50	Administração de ticket vale restaurante	8299-7/02
51	Administração de ticket vale transporte	8299-7/02

52	Gestão, Assessoria, Consultoria, Orientação E Assistência Atividades de Apoio a Educação;	8550-3/02
53	Administração dos recursos financeiros transferidos dos governos estaduais e municipais para a caixa escolar de escolas públicas estaduais e municipais	8550-3/01
54	Serviços de gestão, assessoria, consultoria, orientação e assistência prestados ao sistema e ao processo educacional;	8550-3/02
55	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	4923-0/02
56	Gestão de Cemitérios	9603-3/01
57	Serviços de Administração de Hospitais	8660-7/00
58	Aluguel (locação) de máquinas e equipamentos com operador;	4313-4/00
59	Serviço de administração penitenciária/ administração terceirizada de penitenciárias;	8423-0/00
60	Gestão de Terminais e ferroviários;	5222-2/00
61	Serviços combinados de escritórios e apoio administrativo	8211-3/00
62	Transporte Escolar	4924-8/00